

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

EDENILDO PENTEADO DE AVILA JUNIOR

DIAGNÓSTICO DA ESCOLARIZAÇÃO DOS MORADORES DA
COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS, IMBITUVA - PR

PONTA GROSSA

2022

EDENILDO PENTEADO DE AVILA JUNIOR

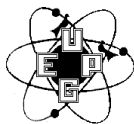
DIAGNÓSTICO DA ESCOLARIZAÇÃO DOS MORADORES DA
COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS, IMBITUVA - PR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito
parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Carla Silvia Pimentel

PONTA GROSSA

2022



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO ÉTICO

Eu, EDENILDO PENTEADO DE AVILA JUNIOR RA; 17004002, RG: 139859995, asseguro que o Trabalho de Conclusão de Curso foi por mim elaborado e, portanto, responsabilizo-me pelo texto escrito que apresenta os resultados de minha pesquisa científica.

Atesto que todo e qualquer texto, que não seja de minha autoria, transcrito em sua íntegra ou parafraseado de outros documentos, estejam eles publicados ou não, estão devidamente referenciados conforme reza a boa conduta ética, o respeito aos direitos autorais e à propriedade intelectual.

Tenho conhecimento de que os textos transcritos na íntegra de outras fontes devem apontar a autoria, o ano da obra, a página de onde foi extraído e ainda apresentar a marcação de tal transcrição, conforme as regras da ABNT. No caso de paráfrase, o trecho deve vir com a referência de autoria e ano da obra utilizada.

Além disso, declaro ter sido informado pelos responsáveis do Curso de Licenciatura em Geografia das leis que regulam os direitos autorais e das penalidades a serem aplicadas em caso de infração, conforme constam na Lei 10.695 de julho de 2003.

Sendo assim, declaro que estou ciente de que, caso infrinja as disposições que constam na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, serei responsabilizado juridicamente pelos meus atos e terei que arcar com qualquer prejuízo moral e financeiro deles decorrentes. Ponta Grossa, 24 de junho de 2021.

Edenildo P. de Avila Jr.

Assinatura do Acadêmico



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**



**COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
GEOGRAFIA**

**FOLHA DE
APROVAÇÃO
DE DEFESA**

Aos 20 dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, na sala virtual do *google meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as): Dra. Carla Silvia Pimentel (Presidente-Orientadora), Dra. Ana Paula Aparecida Ferreira Alves (membro) e Dr. Paulo Rogério Moro (membro) para a análise do trabalho de Conclusão de Curso sob o Título "Diagnóstico da escolarização dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados, Imbituva - PR", elaborado por Edenildo Penteado de Avila Junior, concluinte do Curso de Licenciatura em Geografia. Aberta a sessão, o autor teve vinte minutos para a apresentação do seu trabalho, sendo, posteriormente, arguido pelos integrantes da Banca. Após o procedimento da avaliação, chegou-se aos seguintes resultados:

O trabalho foi considerado APROVADO

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente sessão, da qual lavrou-se a presente ata que vai assinada por todos os membros da Banca Examinadora.

- 1) Presidente: Dra. Carla Silvia Pimentel

- 2) Membro 1: Dra. Ana Paula Aparecida Ferreira Alves

- 3) Membro 2: Dr. Paulo Rogério Moro

Ponta Grossa, 20 de abril de 2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados em geral, em especialmente aos 34 moradores entrevistados, que me receberam muito bem em suas casas e aceitaram fazer parte desta pesquisa. Acrescentaram, com seus saberes e vivências, conhecimentos sobre a comunidade de Faxinal dos Penteados.

Agradeço em especial à moradora e pesquisadora Fernanda Penteado e à professora Cleusi Bobato Stadler, que se disponibilizaram a colaborar, por meio de suas produções bibliográficas, com dados e informações para a pesquisa.

À minha família em geral, em especial meu pai Edenildo e minha tia Maria Erani pela ajuda e apoio durante a minha trajetória no curso.

A todos os meus amigos que estiveram ao meu lado ao longo desta trajetória, que com certeza acrescentaram muito em valores e conhecimentos, principalmente alguns que levarei para a vida toda, Rodrigo, Alisson e João Nilton.

Agradeço à minha esposa Larissa, que foi minha maior incentivadora e parceira durante esta caminhada, que foi essencial para que chegasse ao fim esta pesquisa.

A todos que contribuíram ou participaram de alguma forma desta caminhada.

Por fim, especialmente à professora Carla Silvia Pimentel, por ter aceitado orientar a pesquisa, contribuindo com seus conhecimentos, me ajudando em momentos difíceis, se fazendo presente para que o trabalho se concluísse.

RESUMO

AVILA JR, E. P. **Diagnóstico da escolarização dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados, Imbituva-PR**. 2022, 58 f. Monografia (Apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2022

A presente pesquisa foi desenvolvida na comunidade rural de Faxinal dos Penteados, no município de Imbituva-PR, tendo por objetivo caracterizar a escolaridade dos moradores. Para tanto, buscou-se identificar o nível de escolaridade da população da comunidade de Faxinal dos Penteados, reconhecer as causas e consequências dessa escolaridade na vida familiar dos moradores e comparar esses dados com os dados gerais de escolarização das comunidades rurais do Brasil. As informações levantadas junto à comunidade foram obtidas por meio de entrevistas, apoiadas em questionário semiestruturado, realizadas nas casas dos moradores da comunidade. Foram, ainda, realizadas entrevistas com uma profissional que atua na Secretaria de Educação do município de Imbituva e uma profissional que atua no Núcleo Regional de Ponta Grossa, para levantamento de informações com os gestores públicos das escolas que servem à comunidade participante desta pesquisa. As análises realizadas têm ênfase qualitativa e buscaram compreender aspectos relativos ao nível de escolaridade dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados. Dentre os fatores de análise considerados aqui se destacam o acesso à escola, o trabalho no campo e a condição econômica dos moradores. Constatou-se, que os moradores acima de 50 anos, apresentam níveis de instrução baixos, justificados pela dificuldade de acesso à escola e que as gerações mais novas, abaixo de 30 anos, apresentam melhores índices de escolarização. Todos os moradores declararam saber ler e escrever. Dentre as dificuldades enfrentadas pelos moradores da comunidade em diferentes épocas para estudar estão: a falta de transporte escolar, a condição econômica que impôs a necessidade de trabalhar, bem como a falta de oferta de uma educação direcionada a pessoas do campo.

Palavras-chave: Escolarização, Comunidade Faxinal dos Penteados, Educação Formal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 -	Mapa da localização de Imbituva no estado do Paraná	12
FIGURA 02 -	Rota dos tropeiros.....	17
FIGURA 03 -	Mapa da localização do Faxinal dos Penteados.....	19
FIGURA 04 -	Primeira escola construída em Faxinal dos Penteados.	20

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 -	Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades do município de Imbituva - 2019	14
TABELA 02 -	Escolas rurais do município de Imbituva-PR	31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Faixa etária dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados	35
GRÁFICO 02 - Etnia dos entrevistados.....	36
GRÁFICO03- Atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da comunidade	37
GRÁFICO 04 - Acesso à escola.....	39
GRÁFICO 05 - Localização do estabelecimento escolar frequentado	40
GRÁFICO 06 - Idade dos moradores menores de 18 anos	41
GRÁFICO 07 - Qualificação profissional.....	43
GRÁFICO 08 - Nível de escolaridade dos moradores de Faxinal dos Penteados	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – IMBITUVA E A COMUNIDADE FAXINAL DOS PENTEADOS	12
1.1 O MUNICÍPIO DE IMBITUVA - sua localização e economia	12
1.2 ORIGEM E HISTÓRIA DE IMBITUVA.....	14
1.3 A COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS	18
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO NO CAMPO	23
2.1 EDUCAÇÃO NO CAMPO: aspectos legais e trajetória	23
2.1.1 O PARANÁ E A EDUCAÇÃO NO CAMPO.....	26
2.2 EDUCAÇÃO NO CAMPO E ESCOLA NO CAMPO	27
2.2.1 ESCOLA NO CAMPO.....	29
CAPÍTULO 3 - A ESCOLARIZAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS - IMBITUVA – PR	34
3.1. CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES DA COMUNIDADE FAXINAL DOS PENTEADOS	34
3.2 A ESCOLARIZAÇÃO DOS MORADORES DE FAXINAL DOS PENTEADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE	55
APÊNDICE 1- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS MORADORES DE FAXINAL DOS PENTEADOS	55
APÊNDICE 2 - PERGUNTAS DESTINADAS AO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA.....	57
APÊNDICE 3 - PERGUNTAS DESTINADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUVA-PR.	58

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca realizar um diagnóstico da escolarização dos moradores da comunidade rural de Faxinal dos Penteados, Imbituva-PR. Um lugar que apresenta resquícios de um antigo sistema de faxinais, onde prevalece principalmente a surgência de pequenos produtores rurais. A principal atividade econômica desenvolvida na comunidade é a agropecuária. Destacam-se atividades para a subsistência familiar, como a criação de animais para corte e leite e, principalmente, a produção do tabaco (fumo), que se configura como principal atividade econômica dos pequenos produtores rurais da comunidade.

A ênfase desta pesquisa está em caracterizar a escolarização dos produtores rurais e seus familiares, identificando a trajetória escolar dos moradores, as causas de possíveis interrupções nesse percurso, bem como consequências socioeconômicas advindas desse contexto. Dentre os fatores de análise considerados para a pesquisa sobre a escolaridade da população da comunidade, se destacam o acesso à escola, o trabalho no campo e a condição econômica dos moradores. O interesse pela comunidade em questão se dá pelo local de nascimento do pesquisador, entretanto, os resultados se somarão a pesquisas sobre a mesma localidade realizada por Penteado (2019), que proporcionam dados e informações à administração pública municipal para subsidiar as políticas públicas locais.

A pesquisa tem abordagem qualitativa, de cunho exploratório, e será apoiada em entrevistas semiestruturadas que incluem relatos de vida dos moradores. Tais informações trarão fundamentos para uma análise comparativa com a realidade do Brasil, no que tange a escolarização, apoiada em dados do IBGE/PNAD¹ contínua (2019). Como desdobramento do objetivo geral, que é caracterizar a escolaridade dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados em Imbituva, no Paraná, pretende-se identificar o nível de escolaridade da população da comunidade de Faxinal dos Penteados; reconhecer as causas e consequências dessa escolaridade na vida familiar dos moradores e comparar esses dados com os dados gerais de escolarização das comunidades rurais do Brasil.

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta algumas características geográficas e econômicas do município de Ibituva, bem como sua origem e formação. Também será apresentada características da comunidade Faxinal dos Penteados, destacando sua ligação com os antigos faxinais. No segundo capítulo a discussão é sobre a educação no campo e seus aspectos legais, no cenário nacional e estadual, traz, ainda, discussões teóricas acerca da escola no campo. Por fim, o terceiro capítulo apresenta características dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados e dados e informações sobre o nível de escolarização dos mesmos.

CAPÍTULO I

IMBITUVA E A COMUNIDADE FAXINAL DOS PENTEADOS

1.1 O MUNICÍPIO DE IMBITUVA - sua localização e economia

Imbituva é uma pequena cidade localizada no segundo planalto paranaense, distando 174,30 km da capital Curitiba. Está situada no centro-sul do estado do Paraná, fazendo limite com outros sete municípios: Ipiranga, Guamiranga, Irati, Teixeira Soares, Ivaí, Fernandes Pinheiro e Prudentópolis (IPARDES, 2021).

Com área territorial de 756,535 km² (IBGE 2020), o município pertence à microrregião de Prudentópolis e mesorregião do Sudeste Paranaense. É abrangido pela Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi e seu território faz parte da Reserva Biológica das Araucárias (ICMBio, 2021).

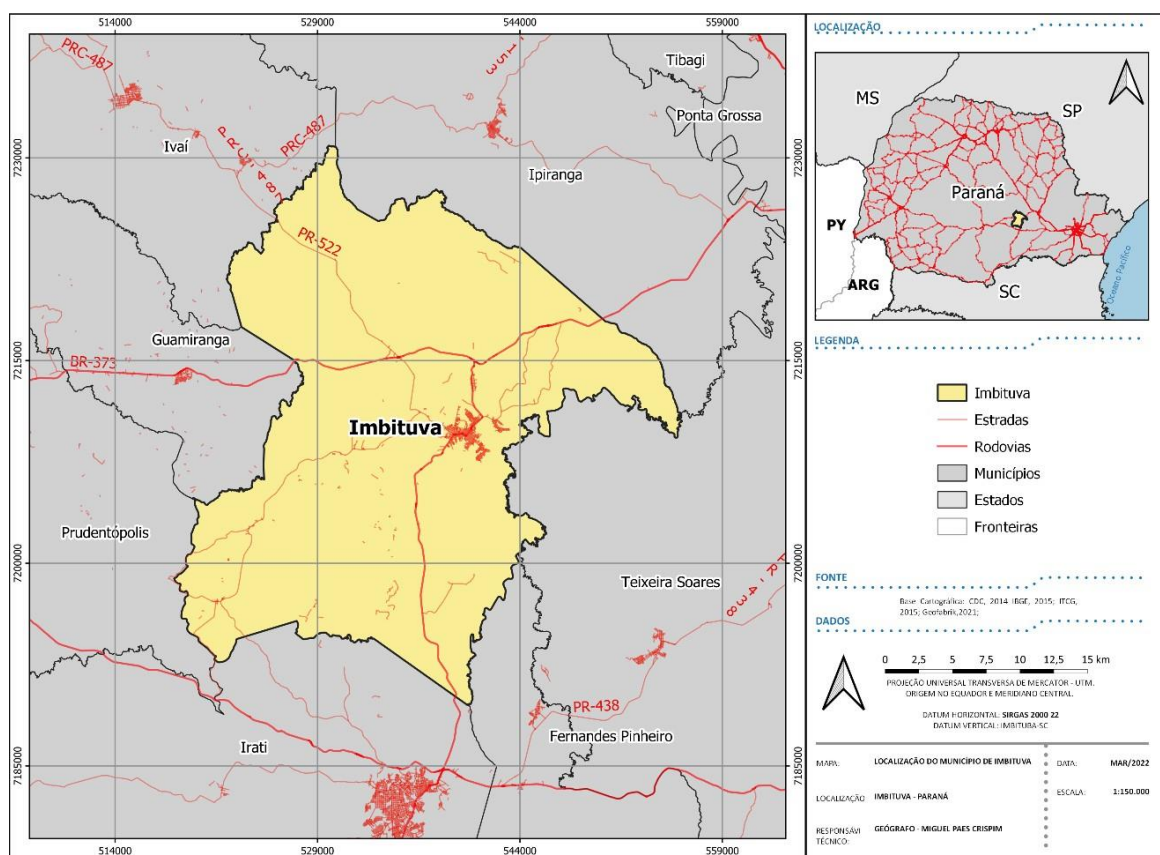


FIGURA 01- MAPA DA LOCALIZAÇÃO DE IMBITUVA NO ESTADO DO PARANÁ

Org.: CRISPIM, M. P. 2022

Imbituva, no ano de 2010, contava com uma população de 28.455 habitantes (IBGE, 2010) e população estimada em 33.306 habitantes em 2021 (IBGE, 2021). Em uma análise da trajetória dos censos realizados sobre a população imbituvense, pode-se fazer a comparação do recenseamento de 1950 com o de 2010, em que a população nos anos 50 era de 17.520 habitantes, sendo 2.098 residentes no meio urbano, 795 no meio suburbano e 14.627 no meio rural (IBGE, 1950-2010), já em 2010 dos 28.455 habitantes, 17.888 moravam no espaço urbano e 10.567 habitavam o espaço rural (IBGE 2010). Em uma comparação com o censo de 2010, citado acima, evidencia-se o crescimento da população que reside no meio urbano, reflexo de alguns processos, como o êxodo rural e a urbanização, que o Brasil vem sofrendo desde 1940.

Apesar do aumento considerável da população total (362%) entre 1940-2010, é interessante observar que o aumento da população urbana foi de 1,049%. A população cresceu apenas 5,20%, refletindo a conhecida evolução da urbanização brasileira, que passou de 31,24%, em 1940, para 84,36% em 2010. Embora a população rural tenha perdido, através do êxodo rural, cerca de 11,2% milhões de pessoas entre 1970 e 2010, a alta taxa de natalidade também é um fator que contribuiu para o crescimento da população urbana. (STAMM et al., 2013, p. 254-255)

Segundo dados da prefeitura de Imbituva (2021) a economia do município tem sua base no setor primário, em especial na produção agropecuária, mas também tem representatividade o setor secundário, com destaque para a indústria têxtil, deixando a cidade popularmente conhecida como a “cidade das malhas”. São manufaturas de roupas, com destaques para peças em tricô, confeccionadas por muitas microempresas espalhadas pela cidade. Geralmente o empresário tem sua própria produção e a comercializa. Anualmente, em meados de maio, ocorre a “feira de malhas”, onde os microempresários levam seus produtos para expor e comercializar. A feira atrai pessoas de vários municípios e até de outros estados, fomentando a economia e o setor de serviços. É um acontecimento de importância econômica e cultural para a cidade.

Imbituva conta hoje com aproximadamente 52 indústrias do ramo têxtil. As malharias surgiram há mais de 25 anos e cada vez mais estão ganhando espaço não só no Paraná, mas também em outros estados. Elas geram mais de 500 empregos diretos e indiretos, envolvendo muitas vezes famílias inteiras [...] A cidade de Imbituva compete em igualdade com as maiores potências do ramo têxtil. (PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA, 2021)

Ainda no setor industrial, destaca-se a indústria madeireira, representada por serrarias, roleteiras e empresas de beneficiamento da matéria-prima, que são responsáveis pela construção dos móveis e também por gerar mais de 20% dos empregos na cidade. Nos dias atuais empresas que produzem calçados de segurança têm se fortalecido e são responsáveis por um grande vínculo empregatício.

Apesar do setor industrial ser importante para a cidade, a agropecuária tem relevante papel no cenário da economia municipal, com destaque para o cultivo do tabaco (fumo), do feijão, milho, trigo e da soja que são responsáveis por grande fatia do PIB municipal. Destaque ainda para a produção de argila, produto da extração mineral, empreendido por cerca de 14 estabelecimentos no Município, especialmente dedicados à produção de cerâmica vermelha, como tijolos e telhas para a construção civil.

No contexto agropecuário, a agricultura familiar é representativa, abastecendo mercados da cidade. Além da agricultura, a criação de bovinos (gado de corte e leiteiro), suínos (corte) e aves, com ênfase na produção de ovos, contribui para o fortalecimento da economia local. Na TABELA 01 pode-se verificar os valores que geraram o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do município, registrados pelos diferentes setores econômicos.

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1,00)
Produção primária	266.871.667
Indústria	251.864.343
Comércio e em Serviços	130.529.164
Recursos / Autos (1)	643.646
TOTAL	649.908.820

TABELA 01 - VALOR ADICIONADO FISCAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA – 2019

FONTE: IBGE-IPARDES (2019)

1.2 ORIGEM E HISTÓRIA DE IMBITUVA

O topônimo “Imbituva” deriva de uma planta abundante no município, o cipó-imbé, que pertence à família *Áraceas Philodendron bipinnatifidum* (STADLER,

2019, p 12). A palavra IMBITUVA é de origem Tupi, que significa *Imbé + tuva* = lugar onde há muito Imbé. Entretanto, outras interpretações também são aceitas para o topônimo “Imbituva”, como “cobras em abundância” ou “muito cupim” (MATOS, 2013, p.9).

A história da localidade inicia com a presença indígenas, assim como em muitos municípios brasileiros. Seus hábitos, alimentação e cultura ainda permanecem no cotidiano da população, tal exemplo é o consumo de mandioca, pinhão, erva-mate e de tabaco, que atualmente se destaca como um importante produto na economia local. Os índios que habitavam a região de Imbituva eram provavelmente o grupo Jê (Gê) (STADLER, 2019, p. 19).

A história oficial do município está ligada ao tropeirismo, mais especificamente à rota chamada de Caminho das Missões, que era utilizada pelas tropas que saíam do oeste do Rio Grande do Sul, passavam por Chapecó, em Santa Catarina, e adentravam o Paraná por Palmas. Este percurso permitia chegar em Guarapuava, mas no meio do trajeto a tropa estabelecia pouso em Imbituva.

Essa região apresentava locais de campos, intercalados por capões de mata, e mata de araucárias. Os Campos Gerais, região fitogeográfica onde se localiza o município, apresentavam boas condições para a movimentação dos tropeiros, graças ao relevo suave, a presença de pastos e disponibilidade de água (LICCARDO; PIEKARZ, 2017). Um dos pousos de tropeiros mais procurados na localidade, por facilitar o controle do gado, estava situado em uma elevação de terreno, cujo formato peculiar lembra o de um cupinzeiro, tão comum nos pastos paranaenses. Essa denominação – cupim, atribuída pelos tropeiros, marcou o início de uma vila.

A localidade “pouso do cupim”, que veio a se transformar na “Vila do Cupim” foi constituída a partir da doação de terrenos feita por Antônio dos Santos Ávila, João Justiniano de Ávila, João Lemes Batista, Raimundo Rodrigues dos Santos, Joaquim Gaspar Teixeira, isto no ano de 1871 (STADLER, 2019, p. 34-35)

O tropeirismo foi um movimento que surgiu no Brasil no final século XVII como atividade comercial. Ele interligava polos econômicos do país, através das tropas que carregavam no lombo de mulas minérios da região de Minas Gerais até o Rio de Janeiro. Este processo também envolveu mercadorias, como alimentos que eram

levados para as pequenas vilas e para os mineradores e tropas de gado para comercialização.

O tropeirismo foi importante movimento econômico e cultural no século XVII e XVIII no Brasil, principalmente no sul e sudeste brasileiro.

Esta mescla de interesses gerou um importante ciclo econômico na região Sul, em paralelo ao conhecido Ciclo do Ouro do Brasil, durante o século XVIII: o Ciclo do Tropeirismo. De fato, o transporte de animais e víveres ao longo deste caminho com cerca de dois mil quilômetros - que perdurou até meados do século XX – gerou não só o fortalecimento da economia, como também a integração cultural e a ocupação territorial do sul e sudeste do Brasil. (LICCARDO; PIEKARZ, 2017, p.20)

Neste período o Paraná teve um grande impulso com o surgimento das invernadas, que eram pastagens feitas para recuperação do gado transportado do sul ao sudeste do Brasil. No Paraná, a região dos Campos Gerais foi marcada por esta atividade, devido às condições naturais dos planaltos paranaenses. Dentre os diversos caminhos estabelecidos pela atividade tropeira na região sul do Brasil, os de maior relevância são: Caminho do Viamão, Caminho da Vacaria, Caminho das Missões e Caminho de Palmas (FRASSON; GOMES, 2013). Na FIGURA 02 é possível observar os trajetos citados.



FIGURA 02- ROTA DOS TROPEIROS

FONTE – GAZETA DO POVO - 2022

O tropeirismo foi importante movimento na formação de povoados e vilas que mais tarde vieram a se tornar cidades.

Pelos caminhos do tropeirismo foram aparecendo povoados como a Vila do Príncipe (Lapa), Jaguariaíva, Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Tibagi, Guarapuava, Pouso do Cupim (Imbituva) Palmas e muitos outros (STADLER, 2019, p. 29)

Algumas características marcantes da cultura do tropeira podemos citar a alimentação e a vestimenta do tropeiro, onde a vestimenta se representava de um poncho grande que cobria parte do cavalo, chapéu, camisa e calça de pano forte e botas, vestimentas que eram necessárias para aguentar as viagens e as diferentes condições climáticas. Também a alimentação do tropeiro: toucinho, feijão-preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá. “Nos pousos comiam feijão, quase sem molho,

com pedaços de carne e toucinho (feijão tropeiro), que era servido com farofa, couve picada e carne de sol” (STADLER, 2019).

Em 1910, a Vila do Cupim recebeu foros de cidade, passando a denominar-se Imbituva. Já em fins do século XIX a atividade do tropeirismo decaiu com a instalação das ferrovias, que trouxe os imigrantes italianos, alemães e russos, que ocuparam o município e desenvolveram a agricultura, dando origem à cidade como a temos na atualidade.

1.3 A COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS

Segundo Penteado (2019), a comunidade Faxinal dos Penteados foi fundada por um descendente de portugueses, o Sr. João de Oliveira Penteado, por volta dos anos de 1890. Esta data revela que origem antecede a própria criação do município de Imbituva.

Na FIGURA 03 podemos observar a localização da comunidade de Faxinal dos Penteados no município de Imbituva.

.

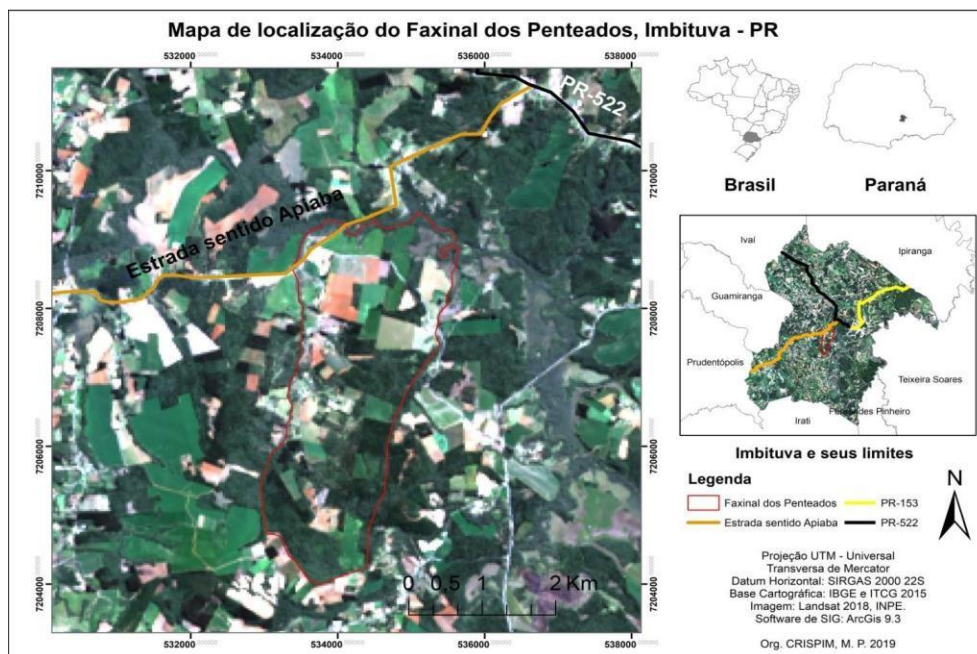


FIGURA 03- MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO FAXINAL DOS PENTEADOS

FONTE – PENTEADO, F. (2019). Org.: CRISPIM, M. P. 2019

Também faziam parte das terras de João Oliveira Penteados a região onde hoje estão as comunidades de Arroio Grande e Lontrão (PENTEADO, 2019). À época, as primeiras delimitações de propriedades nas comunidades foram feitas por sangas². Também a primeira capela da comunidade foi erguida em terras doadas por João Penteados, a capela Imaculada Conceição.

Em 1937, foi construída uma escola rural multisseriada, que foi a única da comunidade, nos dias atuais a escola não existe mais. Na FIGURA 04 pode-se observar a construção, que foi desativada nos anos 80, segundo informações dos moradores da localidade.

² Sanga corresponde a um curso de água.



FIGURA 04- PRIMEIRA ESCOLA CONSTRUÍDA EM FAXINAL DOS PENTEADOS
FONTE: PENTEADO (2019): acervo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A comunidade de Faxinal dos Penteados é, na atualidade, um povoado com cerca de 25 famílias. É uma pequena localidade, de economia agropecuária, com destaque para plantações de grãos (soja, milho, feijão, aveia) e para a fomicultura, que segundo Penteado (2019), é a cultura que gera mais rentabilidade em menor quantidade de hectares. Já o milho, feijão e mandioca são cultivados também para consumo próprio. Ainda no cenário da agricultura da comunidade destaca-se o cultivo da uva, usada para fazer vinho, e do morango.

Com base em as pesquisas realizadas por Penteado (2019) sobre a comunidade de Faxinal dos Penteados, cerca de 75 % das famílias da comunidade possuem de 1 a 10 hectares de terra. Geralmente o plantio e manejo da lavoura, assim como a criação de animais de corte e de leite, que são alimentos para consumo próprio e venda de excedentes, fica por conta de alguns dos membros da família.

Para o desenvolvimento agrícola da comunidade destaca-se o PRONAF³, política pública utilizada pelos pequenos agricultores, para custear máquinas agrícolas e melhorar a infraestrutura da propriedade (PENTEADO, 2019).

Os jovens da comunidade, em sua maioria, cerca de 75%, não trabalham mais com a agricultura da família, mesmo considerando a renda oferecida pela agricultura compensatória. “A principal justificativa dos jovens que optaram por não trabalhar na agricultura familiar foi devido as más condições de trabalho, sendo um trabalho árduo”

³ PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

(PENTEADO, 2019, p. 61). Outro ponto levantado por Penteado (2019) é que 50% desses jovens não residem mais na comunidade, foram atrás de outras modalidades de trabalho e também de maior nível de escolaridade.

Como o próprio nome da comunidade revela, ela teve sua origem ligada ao sistema faxinal. Um faxinal é entendido com uma porção de terra na qual prevalece o uso comum,

O Sistema Faxinal corresponde a uma forma de organização camponesa ocorrente na região da Mata com Araucária. As origens deste sistema remontam a Idade Média, entretanto, estes ainda podem ser vistos na atualidade em cerca de 50 comunidades rurais do Paraná. Entre as características específicas do Faxinal, destaca-se a existência de um criadouro comunitário. Este espaço é formado por terrenos justapostos de várias famílias que, de forma coletiva, ali criam seus animais à solta em meio a áreas de matas, que também são utilizadas para extração de erva-mate. (SAHR, CUNHA, 2005)

Neste sistema as terras são separadas em terras de plantar e terras de criar animais, os quais vivem soltos e misturados, não havendo cercas que os impeçam de passar. Para que os animais não invadissem a plantação, eram construídos “valos” (grandes fossos em forma contínua) para formar uma barreira.

Segundo Chang (1988) a organização do sistema faxinal é dividido em espaços principais, as terras de Criadouro comum, que era onde eram criados os animais e que continham a mata e as terras de plantar, que são as áreas de plantação, separadas das áreas de criadouro comum. Em muitos casos as “sangas”, ou rios, serviam de barreira natural para separação de terras. É um sistema representativo de áreas rurais do Centro-Sul paranense, se traduzindo em uma formação social identitária.

O sistema faxinal a partir dos anos 70 começa a ruir devido a fatores como a modernização do campo, a inserção da fumicultura, ocorrendo o processo de desestruturação, atualmente não se caracteriza mais como um faxinal. Os animais já não são criados soltos, em contato com animais de outros proprietários e as terras de plantação estão delimitadas em propriedades privadas, não havendo mais uso comunitário (PENTEADO, 2019).

Geograficamente falando, esses povos possuem uma territorialidade específica, já que utilizavam as terras de forma coletiva, o que contribuiu, para a preservação da araucária e do meio ambiente, pois utilizavam as áreas de mata como local para circulação dos animais (PENTEADO, 2019).

Sahr e Cunha (2005, p.95), afirmam que “até a metade do século XX um quinto do território paranaense era composto pelos Faxinais. Estes se formaram nas áreas onde se encontravam as Matas com Araucárias”. Os faxinais foram de grande importância no cenário paranense, tanto em aspectos econômicos, políticos e sociais, quanto ambientais.

Atualmente a comunidade não mantém o sistema faxinal, as propriedades são cercadas e os animais criados separadamente.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO NO CAMPO

2.1- EDUCAÇÃO NO CAMPO: aspectos legais e trajetória

A educação no campo, nas primeiras décadas do século XX, não se constituiu como um direito de fato, mas como um privilégio para poucos sujeitos do campo (DIAS; LEONEL, 2018). A afirmativa dos autores é justificada por eles pela falta de compromisso e empenho do estado brasileiro em implementar políticas educacionais que contemplassem os moradores do espaço rural.

Ao construir a trajetória histórica da educação no campo no cenário político do Brasil, Sassi (2014) afirma que a mesma inicia-se voltada à especialização da mão de obra rural, com intuito de conter parte do processo migratório das populações rurais para as cidades, principalmente em meados das décadas de 1910 e 1920. Ainda, de acordo com a autora, a educação rural é citada pela primeira vez em documentos do 1º Congresso de Agricultura no Nordeste Brasileiro (1923), como educação rural de patronato, destinadas às regiões rurais e urbanas mais pobres, interessadas na agricultura. Essas informações são corroboradas por Dias e Leonel (2018), que indicam que o termo “educação no campo” nasceu no começo do século XX, com intuito de especialização da mão de obra para a agricultura.

Na década de 1930, a educação direcionada ao campo começa a ser questionada, e, em 1961 a educação rural passa a ser considerada objeto de interesse do Estado, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 4024/61 de 1961 (SASSI, 2014, p. 23).

O crescimento do movimento operário e camponês que ocorreu entre as décadas de 1920 e 1930 intensificou os movimentos sociais ligados ao campo, contribuindo para a construção de escolas no espaço rural, o que pode ter sido um dos motivos que levou à construção da escola multisseriada que existiu na comunidade de Faxinal dos Penteados apresentado na FIGURA 04 .O Movimento de

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assim como os Sindicatos, as Federações de trabalhadores e os Círculos de Cultura Popular de Paulo Freire, segundo Sassi (2014) foram os promotores dessa transformação em relação à educação do campo.

Dias e Leonel (2018) ressaltam, ainda, no cenário nacional, a intervenção militar que perdurou de 1964 a 1985, tendo grande influência no cenário econômico do país, principalmente na agricultura, havendo grande esforço em baratear os alimentos com o aumento de mão de obra. Essa política refletiu diretamente na profissionalização dos jovens, o que afetou o sistema de educação brasileiro, tanto rural quanto urbano, pois diminuiu o acesso dos alunos ao ensino médio ao intensificar a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho.

A educação brasileira começa a ganhar importância e ser alvo de interesse e dever do Estado na Constituição de 1988, como resalta Sassi:

Somente na Constituição Federal de 1988 é que se encontra algo sobre a educação, a partir do artigo 205 que resalta que a “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e que a “educação, é direito de todos e dever do Estado e da família” (SASSI 2014, p. 24)

A Promulgação da Constituição de 1988, fomenta a busca pelos direitos sociais no Brasil. Entretanto, só em 1996, é que a LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), trata com mais especificidade questões pedagógicas ligadas à educação do campo. De acordo com Dias e Leonel (2018) o Artigo 28º, em específico, trata da educação rural, indicando que os sistemas devem se enquadrar e se adaptar às peculiaridades da vida rural e seus sistemas de produções, procurando atender os alunos da melhor maneira de acordo sistema em que ele(a) está inserido(a), de forma que não prejudique seu processo de ensino-aprendizagem.

O Artigo 28º indica a necessidade de se criar uma metodologia especial, atendendo fatores que cercam a vida no espaço rural, como por exemplo: o ciclo de produção rural e as condições climáticas, que são questões que podem alterar a capacidade do aluno chegar até a escola. Também destaca a necessidade de se ter uma educação com docentes preparados para essa realidade. O artigo prevê:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p.13).

Os preceitos da Lei evidenciam nitidamente a necessidade de adaptação das escolas rurais, para atenderem as especificidades de cada região, se desvinculando um pouco do sistema tradicional implementado nas escolas urbanas. Esta conquista foi fruto da luta dos movimentos sociais que demandou por respeito às diferenças de perfis de alunos e de região.

Essas mobilizações, que ocorreram no final dos anos 90, desencadearam as discussões acerca da educação no campo, como aconteceu no “I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária” (I ENERA), realizado em 1997 na Universidade de Brasília (UnB). “No qual se consolidou a ideia de uma Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo” [...] “foi um marco na maneira de pensar a educação para os sujeitos a partir da reflexão de uma Educação no Campo e não uma Educação Rural ou para o meio rural” (SASSI, 2014 p.25). Também em 1998 foi criado o “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária” (PRONERA), que firmou o compromisso entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, os sindicatos, governos estaduais e municipais.

O PRONERA é um importante programa para a vida no campo e tem como alguns de seus objetivos promover aspectos sociais, políticos e econômicos no campo. Como afirma Souza (2008),

O Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), oriundo das discussões desenvolvidas no I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizado em 1997, tem sido o principal programa destinado às parcerias de educação na reforma agrária. No PRONERA existem projetos de educação de jovens e adultos visando à alfabetização, escolarização e capacitação dos trabalhadores dos assentamentos da reforma agrária, além de projetos de formação inicial como a Pedagogia da Terra e a licenciatura em educação do campo. Existem projetos de formação continuada como a especialização lato sensu em educação do campo. Os cursos de Letras, História, Geografia e Agronomia também são desenvolvidos no contexto do PRONERA (SOUZA, 2008, p.1091).

Após esses movimentos a educação no campo se tornou mais visível para o Estado, o que gerou, em 2004, uma agenda específica para ela. Nesta agenda foi estabelecida a construção de constantes movimentos para fortalecerem as políticas públicas destinadas à vida e à educação no campo (SASSI, 2014).

Em uma análise sobre a educação no campo, pode-se salientar que essa modalidade sofreu interferência da educação urbana, seguindo uma mesma metodologia, um mesmo sistema, perdendo a singularidade que envolve o campo, prejudicando, desta forma, o processo de ensino-aprendizagem e a formação social dos alunos do campo.

2.1.1 O PARANÁ E A EDUCAÇÃO NO CAMPO

No cenário estadual os acontecimentos não foram diferentes do restante do país, pois a educação no campo, no estado do Paraná, foi, por muito tempo, marginalizada. Somente a partir de 1990, como fruto de ações do MST (MOVIMENTO SEM TERRA) é que ocorreram importantes iniciativas de alfabetização de jovens e adultos em assentamentos da reforma agrária, reafirmando a importância desse movimento social na luta por uma educação no campo (SEED-PR, 2006).

Após a constatação do analfabetismo nos assentamentos, foi criado, pelo governo estadual o “Programa Especial Escola Gente da Terra”. De acordo com informações da SEED-PR (2006, p.20) o programa [...] tinha como propósito “dar um atendimento específico e diferenciado” aos povos do campo [...] e, era destinado ao nível fundamental e à alfabetização de jovens e adultos. Em 1992 foi desenvolvido um caderno estadual com subsídios para auxiliar no processo de alfabetização de jovens e adultos no campo.

Outra ação do estado do Paraná, foi a criação das escolas itinerantes, que trabalhavam sob a perspectiva da educação crítica de Paulo Freire, buscando novas maneiras de ensinar, com propostas geradoras em ambientes escolares ou fora deles.

Vale destacar que a escola intitula-se ‘itinerante’ em função de que ela acompanha o itinerário das famílias Sem Terra, garantindo o direito à educação das crianças, jovens e adultos que se encontram em acampamento, lutando pela reforma agrária. (SEED-PR, 2006, p. 21)

No ano de 2000 criou-se a Articulação Paranaense por um Educação no Campo, que desenvolveu algumas pautas envolvendo a agricultura e os povos do campo. Dentre essas pautas estava o pedido para a criação de um departamento específico para atender a educação no campo. Em 2002 houve a criação da Coordenação de Educação no Campo pela Secretaria de Estado e Educação com a finalidade de articular o poder público com a sociedade (SEED-PR, 2006).

--

O Paraná é um estado, que segundo dados do IPARDES (2010) possuía cerca 15% da população residente na área rural, o que exigiu políticas públicas para educação no campo, considerando as peculiaridades de cada mesorregião do estado e seus sistemas de produção.

Alguns dados são disponibilizados pelo governo do Paraná:

O estado do Paraná possui mais de 540 Escolas/Colégios Estaduais do Campo, distribuídas em 31 Núcleos Regionais de Educação, que atendem aos mais variados povos do campo: posseiros, boias-frias, ribeirinhos, atingidos por barragens, assentados, arrendatários, etc.). Dentre as especificidades, encontram-se, também, as Escolas das Ilhas do Litoral Paranaense, Escolas Estaduais do Campo Multianos, Escolas Itinerantes (com suas respectivas Escolas Base) e Colégios de Assentamento da Reforma Agrária do Paraná (PIA, 2021).

Também se destacam as escolas municipais no campo, destinadas ao ensino fundamental, somando aproximadamente 800 escolas, dentre elas cerca de 400 são multianos (PIA, 2021).

2.2 EDUCAÇÃO NO CAMPO E ESCOLA NO CAMPO

Ao tratarmos sobre a educação no campo é importante fazer a distinção entre os termos “campo” e “rural”, pois a expressão rural está representada nos documentos com uma designação política, que historicamente fez menção aos povos do campo, como povos que precisam de proteção. Para Caldart (2009) a educação no campo nasceu vinculada aos trabalhadores rurais pobres, aos trabalhadores sem-terra, povos dispostos a reagir e a lutar em prol de benefícios para todos os trabalhadores do campo, ou seja, por uma educação voltada ao campo.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo é diferente da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, práticas sociais, territórios e culturas que compõem a diversidade que compõem o campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades dos camponeses que criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas, políticas (SANTOS, NEVES, 2012).

Outra distinção importante é trazida por Sassi (2014), sobre a educação “no” e “do” campo, em que “no” se refere as pessoas estudarem no campo, no lugar onde vivem e “do” refere-se à educação pensada ao sujeito do campo, as estratégias traçadas a partir do lugar onde as pessoas vivem, coexistindo uma relação entre

escola, agricultura e a vida camponesa. Surmacz (2021) caracteriza os sujeitos do campo,

[...] “pelo jeito peculiar de se relacionar com a natureza, com a terra, com as atividades produtivas, com mão de obra familiar cultura, costumes e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança” [...] (SURMACZ, 2021, p. 64).

Dentre esses sujeitos se destacam os trabalhadores do campo, que são caracterizados de acordo com a sua região de origem, podendo ser ribeirinhos, boias-frias, ilhéus, assentados, acampados, pequenos proprietários, quilombolas, colonos, caboclos dos faxinais e comunidades indígenas. O que caracteriza que o camponês não é único, existindo grande diversidade nos diferentes lugares (SURMACZ, 2021).

A Educação no Campo é uma educação que defende a inclusão de fatores únicos de cada localidade, sejam eles culturais, econômicos, sociais ou ambientais. É uma forma de educar que se compromete com a realidade dos sujeitos do campo, fazendo com que as escolas no campo e seus professores se comprometam em valorizar as memórias e histórias dessas pessoas (SASSI, 2014).

Ao tratar sobre a educação no campo Souza (2008) denuncia que “[...] a emergência da educação do campo caracteriza-se pela ausência e experiência [...]”. Pela ausência de escolas, pela ausência de professores preparados para enfrentar as peculiaridades que a educação no campo tem, ausência da presença do poder público em prol da infraestrutura educacional do campo, pela falta do curso de técnico-agrícola.

Para os sujeitos e educadores do campo, a educação do campo precisa considerar a ligação intrínseca entre o homem e a natureza. A visão do campo, a conexão com o meio de produção da localidade, com a vida camponesa dos moradores precisa ser assimilada.

Surmacz (2021) afirma que a educação no campo é formada por três matrizes pedagógicas não hegemônicas. A primeira matriz está atrelada ao pensamento pedagógico socialista, que concilia a relação existente entre educação e produção. A segunda referência pedagógica está alicerçada nas ideias da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, ou seja, uma educação popular que acontece em decorrência da condição do oprimido, nesse caso do sujeito da educação no campo.

Já a terceira matriz é representada pelas lutas mais recentes, a Pedagogia do Movimento, resultado dos movimentos camponeses, principalmente o MST, é resultado das duas primeiras matrizes e que relaciona a educação no campo com sua história, “[...]Trata-se de uma matriz pedagógica cuja constituição teórica se dá no mesmo tempo histórico da Educação do Campo [...]” (SURMACZ, 2021).

2.2.1 ESCOLA NO CAMPO

As escolas no campo surgiram no Brasil no final do século XX, advindas das lutas dos pequenos agricultores, dos sem terras, das mulheres camponesas e outros grupos que lutavam pelas condições de uma vida digna no campo. As lutas eram por terras, por novos meios de produção, por preços mais justos pelos produtos produzidos por eles. Somando-se a essas lutas se incorporaram novas pautas, como a luta por políticas públicas, a construção de estradas, postos de saúdes e escolas (VENDRAMINI, 2015).

De acordo com Vendramini (2015) a criação de escolas rurais, inicialmente, tinha como principal objetivo a diminuição do fluxo migratório do campo para a cidade, oferecendo uma educação precária voltada ao treinamento da mão de obra camponesa. A escola no campo sofreu e sofre discriminação e precarização pelo poder público, e está em desvantagem em relação à educação urbana no cenário nacional, apresentando maiores índices de evasão escolar, maior número de reprovação, o que gera um aumento significativo no número de analfabetos.

Segundo Vendramini (2015).

[...] o analfabetismo rural é três vezes maior que o urbano, 9,5% das escolas do campo não têm luz elétrica, as bibliotecas são reduzidas - presentes em apenas 25% das escolas -, além da desigual formação profissional entre os educadores do meio rural e do urbano [...] (VENDRAMINI, 2015, p.54).

As escolas no campo, recebem maior atenção somente a partir da “Articulação Nacional por uma Educação no Campo”, no início do século XXI, período em que nascem várias iniciativas e programas de incentivo à educação e às escolas do campo. De acordo com Molina (2012) nesse movimento, se destaca a discussão de como deve ser a escola no campo, de como deve ser o ensino e a preparação dos

docentes para as realidades da vida camponesa, conciliando assim os conhecimentos locais com os estudos universais. Molina (2012) destaca:

A Educação nessa área é muito mais do que uma proposta pedagógica. Ela está associada à visão de campo, de desenvolvimento e da função do meio rural na sociedade brasileira. O objetivo não é, de maneira alguma, fixar as pessoas onde estão. Apesar disso, um dos princípios é garantir a elas o direito de acesso ao conhecimento sobre o local onde vivem, que garante sua sobrevivência social e material, além dos saberes universais, para que decidam se querem ficar ali ou, caso contrário, tenham condições de viver na cidade. (MOLINA, 2012. Entrevista concedida a Paula Nadal. 2012)

Molina (2012) defende que as escolas no campo devem estar preparadas para receber diferentes sujeitos do campo, com diferentes realidades, que se organizam socialmente pelo seu trabalho no campo e seu sistema de produção. Essas escolas precisam ter um currículo especial de modo que se adeque às necessidades e aos saberes dos estudantes, fortalecendo os conhecimentos locais, e ampliando seus conhecimentos universais.

Em relação a escolas e projetos de educação no campo ligados ao município de Imbituva, foi realizada uma entrevista com a assessora pedagógica municipal que trabalha na Secretaria Municipal de Educação, em busca de alguns dados sobre as escolas no campo. Ao questionar a existência de escolas no campo sob a responsabilidade do município, a assessora destaca que existem três (03) escolas no campo que são seriadas e atendem mais de 600 alunos. Segundo ela essas escolas são compostas por diretor, pedagoga, serviços gerais e professores específicos para as turmas seriadas, sendo: Escola Rural Municipal São Miguel Arcanjo, com 330 alunos, na localidade de Mato Branco de Baixo; Escola Rural Municipal de Barro Preto, com 90 alunos, na localidade de Barro Preto; Escola Municipal do Campo Professora Dolores Mendez Galvão, com 230 alunos, na localidade de Palmar.

Além dessas escolas seriadas, a assessora destaca a presença das escolas multianos presentes no município: Escola Rural Municipal de Valinhos, Escola Rural Municipal de Mato Branco de Baixo, Escola Rural Municipal de Colônia Ribeira, Escola Rural Municipal De Colônia Bela Vista, Escola Rural Municipal de Faxinal dos Galvão e Escola Rural Municipal de Apiaba, revelando a existência do modelo multisseriado (multiano) em escolas rurais do município. As escolas rurais de Imbituva, com seus respectivos números de alunos, segundo dados fornecidos a assessora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Imbituva estão elencadas na TABELA 2.

Escolas rurais do município de Imbituva	Localidade	Número de alunos
Escola Rural Municipal São Miguel do Arcanjo	Mato Branco de Baixo	330 alunos
Escola Rural Municipal de Barro Preto	Barro Preto	90 alunos
Escola Municipal do Campo Professora Dolores Mendez Galvão	Palmar	230 alunos
Escola Rural Municipal de Valinhos	Valinhos	16 alunos
Escola Rural Municipal de Mato Branco de Cima	Mato Branco de Cima	29 alunos
Escola Rural Municipal de Colônia Ribeira	Colônia Ribeira	33 alunos
Escola Rural Municipal De Colônia Bela Vista	Colônia Bela Vista	30 alunos
Escola Rural Municipal de Faxinal dos Galvão	Faxinal dos Galvão	64 alunos
Escola Rural Municipal de Apiaba	Apiaba	46 alunos

TABELA 02 – ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IMBITUVA-PR

FONTE: O autor

Sobre as comunidades rurais que não possuem escola, a Assessora de Imbituva relatou que o município atende as crianças por meio do georreferenciamento, ou seja, quando o aluno é matriculado a preferência é estudar na escola mais próxima a sua casa. Na inexistência de escolas próximas o município fornece o transporte escolar e que são atendidos alunos desde a Educação Infantil, após completarem 4 anos de idade.

Ao ser questionada sobre a existência de algum projeto ou política específica direcionada a educação no campo no município de Imbituva a resposta foi que não possui. Destacou que a única escola que se registra como Escola do Campo, é a que está localizada na comunidade do Palmar, entretanto tem seu funcionamento igual as demais escolas seriadas presentes no espaço rural do município. Ela evidenciou a dificuldade de implementar projetos e políticas que se direcionem a alunos do campo.

Para ampliar as informações sobre as escolas no campo, também foi realizada uma entrevista com a Técnica Pedagógica do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, que é responsável pelas escolas no campo. Em entrevista realizada com a Técnica, identificou-se a presença de 35 escolas do campo na rede estadual de ensino nos municípios jurisdicionados ao Núcleo de Ponta Grossa, sendo duas localizadas no município de Imbituva: Colégio Estadual do Campo Jeocondo Waldemar Bobato, localizada na comunidade de Mato Branco de Baixo e a Escola Estadual do Campo Maria Eugênia Camargo Lejambre na comunidade de Barro Preto. Na ausência de escolas no campo que atendem o ensino fundamental II e o ensino médio, segundo a Técnica, os alunos são alocados em escolas urbanas, com o auxílio do transporte escolar disponibilizado pelo município.

As informações revelam a presença de escolas no campo no município de Imbituva, embora também demonstrem que muitos alunos se deslocam para escolas urbanas, seguindo o modelo do georreferenciamento. Que existe transporte escolar para esses estudantes, garantindo o acesso à escola, mas, em muitos casos, desconsiderando metodologias específicas para alunos do campo, inserindo-os em uma lógica urbana, distante de sua realidade. Estas informações precisam de análise mais aprofundada sobre o tema com obtenção de maior número de dados, o que não se configura a proposta central desta pesquisa, mas revelam possibilidades para novas pesquisas sobre o tema.

No próximo capítulo serão apresentados alguns resultados de análises

realizadas sobre as informações e os dados de escolarização coletados junto aos moradores da Comunidade Faxinal dos Penteados.

CAPÍTULO III

A ESCOLARIZAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS - IMBITUVA – PR

Neste capítulo pretende-se revelar os dados obtidos durante a pesquisa sobre os níveis de escolaridade da população de Faxinal dos Penteados, que se caracteriza como uma população rural, e buscar analisar os contextos sociais que envolvem as escolhas ou não pela escolarização em processos mais avançados. A discussão aqui apresentada está pautada em dados e informações coletadas por meio de entrevistas guiadas por questionário semiestruturado (APÊNDICE I), que foram realizadas com os atuais moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados.

As entrevistas ocorreram no período de outubro a dezembro de 2021, contando com 3 deslocamentos até o Faxinal dos Penteados, no município de Imbituva. Foram entrevistadas 17 famílias, de um total de 25 que residem na comunidade. Houve dificuldade em realizar as entrevistas com a totalidade das famílias, pois alguns moradores não se encontravam em suas residências devido ao seu trabalho. No total foram entrevistados 34 moradores, todos maiores de 18 anos.

As entrevistas foram feitas nas residências dos moradores, com gravação dos áudios, após permissão concedida por cada entrevistado. Após a caracterização dos sujeitos e a identificação da composição familiar, as questões versaram sobre o nível de escolaridade de cada familiar residente. Entretanto, no decorrer das entrevistas muitas das conversas revelaram conhecimentos e histórias sobre a origem e evolução da comunidade, que se confunde com a própria história de vida dos moradores contadas durante a entrevista, principalmente pelos mais idosos.

3.1. CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES DA COMUNIDADE FAXINAL DOS PENTEADOS

Assim como exposto na introdução deste capítulo, serão apresentados alguns dados sobre os moradores da localidade, com base nas entrevistas realizadas. O propósito é reconhecer quem são os sujeitos moradores da Comunidade Faxinal dos Penteados, para, só então, identificar o nível de escolaridade desses moradores e seus possíveis determinantes.

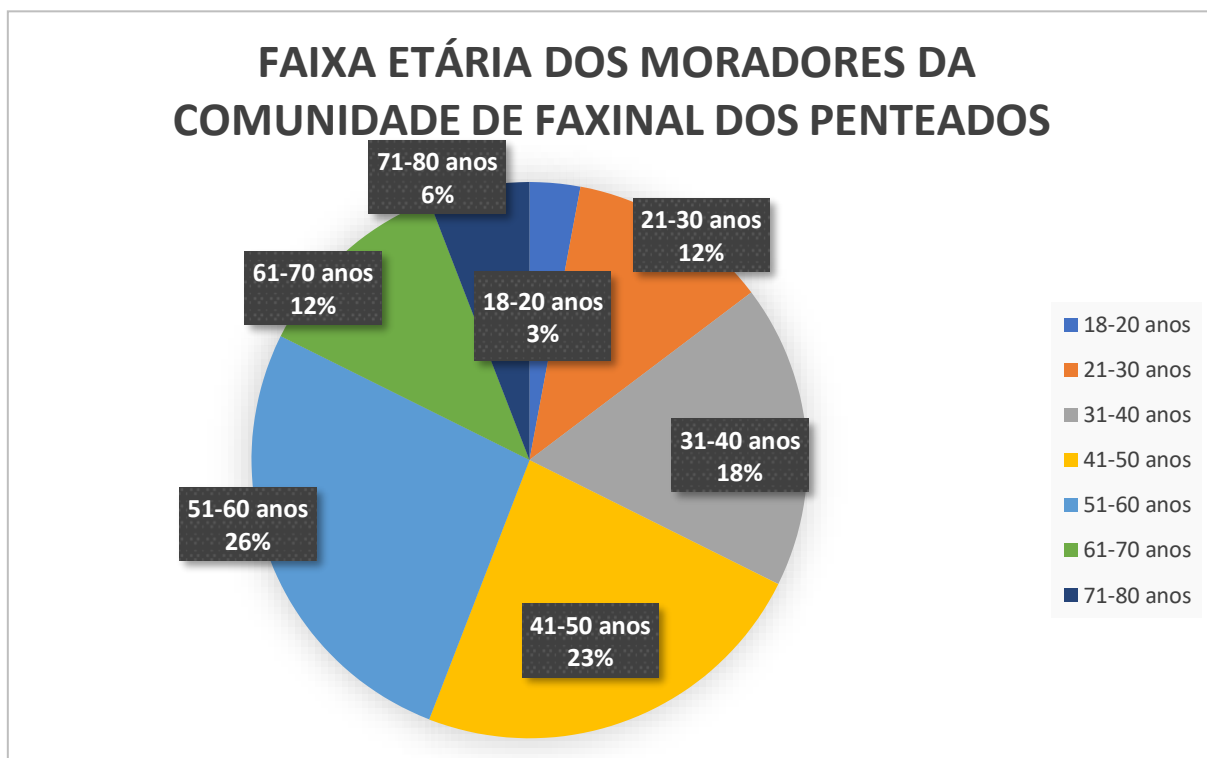


GRÁFICO 01 –FAIXA ETÁRIA DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE FAXINAL DOS PENTEADOS

FONTE- O Autor

O GRÁFICO 01 revela que a população da comunidade tem, em sua maioria, idades entre 41 e 60 anos, representando, somados, 49% dos moradores entrevistados. Ao mesmo tempo, ressalta o baixo percentual de jovens residindo na comunidade pois se somado a faixa etária de 18 a 30 anos representam apenas 15 % da população entrevistada . Os menores de 18 anos não foram entrevistados, portanto não aparecem no gráfico, entretando, segundo dados fornecidos pelos entrevistados totalizam 11 pessoas (entre crianças e adolescentes). Nos grupos familiares entrevistados identificou-se 2 moradores com mais de 70 anos, que representam 6%

dos entrevistados. A faixa etária de 61 a 70 anos correspondem a 12 % dos moradores entrevistados, de 31 a 40 anos 18 %.

Constata-se que a maioria dos moradores, em um panorama geral, está na faixa etária dos 40 e 50 anos e que são em maioria trabalhadores rurais, agricultores.

Outro quesito pesquisado, que identifica os moradores da comunidade, é a questão de raça/etnia. Os sujeitos entrevistados é que indicaram essa informação.



GRÁFICO 02 – ETNIA DOS ENTREVISTADS

FONTE- O autor

O gráfico revela que a maioria dos moradores se considera branca, sendo 91% do grupo (31 pessoas), outros 6% (2 pessoas) se consideram pardos e 3% (1 pessoa) que se considera negra, não havendo nenhum morador que se identificou como amarelo, indígena ou outro.

A etnia branca, que representa 91% dos moradores, evidencia a grande presença de descendentes de imigrantes europeus que colonizaram o município de Imbituva. Stadler (2019), salienta que os alemães foram os primeiros imigrantes a se estabelecerem na cidade e formar um núcleo de povoamento, somente no final do

século XIX que começam a entrar novos grupos de imigrantes, os italianos, poloneses e ucranianos, que também são significativos no município. Essas etnias também foram/são representativas no estado do Paraná

No ano de 1934 haviam adentrado no Paraná cerca de 47.731 poloneses, 19.272 ucranianos, 13.319 alemães, 8.798 italianos e 9.826 grupos de outras nacionalidades, compondo um número total de 101.331 imigrantes. (PRIORI, et al., 2012 apud MARTINS, 1941. P. 39-40)

Outro aspecto levantado na entrevista foi a atividade econômica desenvolvida pelos moradores: tipo de trabalho realizado. O GRÁFICO 03 expressa o tipo de trabalho realizado pelos moradores da comunidade.

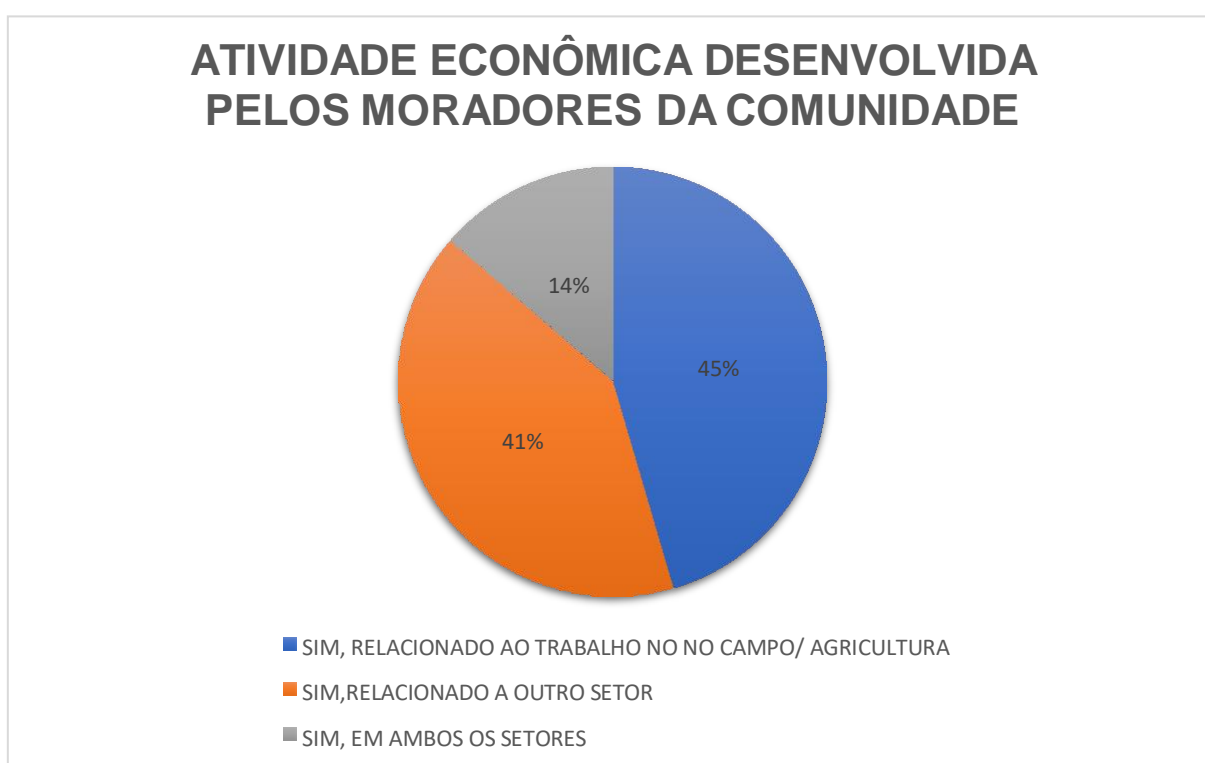


GRAFICO 03- ATIVIDADE ECONÔMICA DESENVOLVIDA PELOS MORADORES DA COMUNIDADE

FONTE – O autor

O gráfico acima revela que 45% dos trabalhadores da comunidade, 19 pessoas, exercem suas atividades de trabalho exclusivamente no espaço rural, com ênfase para a atividade agrícola. Outros 26%, 9 pessoas, trabalham em outros setores, desses, 8 pessoas trabalham em Indústrias, com destaque para a indústria madeireira e fumageira, justificando a residência na comunidade. Apenas um morador citou trabalhar na indústria do calçado, mas, se declarou diarista. Vale ressaltar que moradores que trabalham em outro setor, que não a agricultura, não trabalham na

localidade de Faxinal dos Penteados, tendo que se deslocar diariamente até seus respectivos trabalhos em outros bairros/comunidades, do perímetro urbano de Imbituva, o que caracteriza uma migração pendular.

Dentre os inúmeros fatores que se associam à pendularidade, alguns podem ser apontados como decisivos. São eles: a dinâmica do mercado de terras no município-pólo dos aglomerados; a alteração do perfil econômico e a desconcentração da indústria para municípios que não o pólo ou distritos industriais consagrados; o acesso diferenciado ao mercado de trabalho e/ou oportunidades de estudo; os custos e a qualidade do transporte disponível e o tempo de deslocamento. (MOURA; CASTELO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 132)

Alguns fatores que segundo os moradores os levam a trabalhar em outros setores que não a agricultura é, principalmente, a busca por um trabalho menos árduo, que não requeira tanto esforço físico e, também, a busca por melhores condições financeiras e interesse em possuir carteira assinada. Outro fator determinante relatado por esse grupo é a falta da posse da terra para desenvolver a agricultura. Assim, tendo que buscar outros setores do mercado de trabalho, localizados principalmente no espaço urbano.

Dos entrevistados, 18%, isto é 6 moradores, declararam que não estão na ativa, ou não exercem trabalho formal. Duas mulheres se declaram donas de casa e outros 4 moradores afirmaram serem aposentados.

Dos moradores que se declararam trabalhadores da área rural, 13 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino, o que evidencia uma maioria masculina nesta atividade, Anjos e Caldas (2005) destacam:

[...] A modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos devem ser entendidas como o aprofundamento da expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado [...] (ANJOS, CALDAS, 2005, p. 674).

Ainda segundo Anjos e Caldas um motivo para essa expulsão feminina da esfera agrária, seja ocasionado pelo processo de exôdo rural, pois de acordo com os autores as recentes modernizações no campo que modernizaram os processos produtivos com máquinas, diminuiu a necessidade de mão de obra, ou então processos que exigem uma árdua mão de obra, que é caso da fumiicultura presente na comunidade de Faxinal dos Penteados, ou também exemplificada na criação de gado leiteiro, onde muitas vezes a mulher fica de fora da produção rural, se tornando donas de casa, responsáveis pelo cuidado dos filhos, da comida e da casa, o que

ocasiona a busca de trabalho em outro setor, geralmente na área urbana, e a masculinização do campo. (ANJOS, CALDAS, 2005)

3.2 A ESCOLARIZAÇÃO DOS MORADORES DE FAXINAL DOS PENTEADOS

Pretende-se aqui tratar com mais especificidade do objeto desta pesquisa: a escolarização dos moradores da comunidade. A proposta é identificar o nível de instrução dos moradores e seus possíveis condicionantes.

Alguns conceitos nos aproximam do objeto investigado. O IBGE considera que “o nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentados” (IBGE, 2019, p. 3), estabelecendo os seguintes critérios: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto, superior completo.

A respeito da escolaridade dos moradores, foi questionado se os moradores já frequentaram a escola, se ainda frequentam ou se nunca frequentaram, também se a escola se localizava no espaço rural ou no espaço urbano, buscando compreender a realidade do grupo. Os resultados dessas questões são apresentados a seguir.

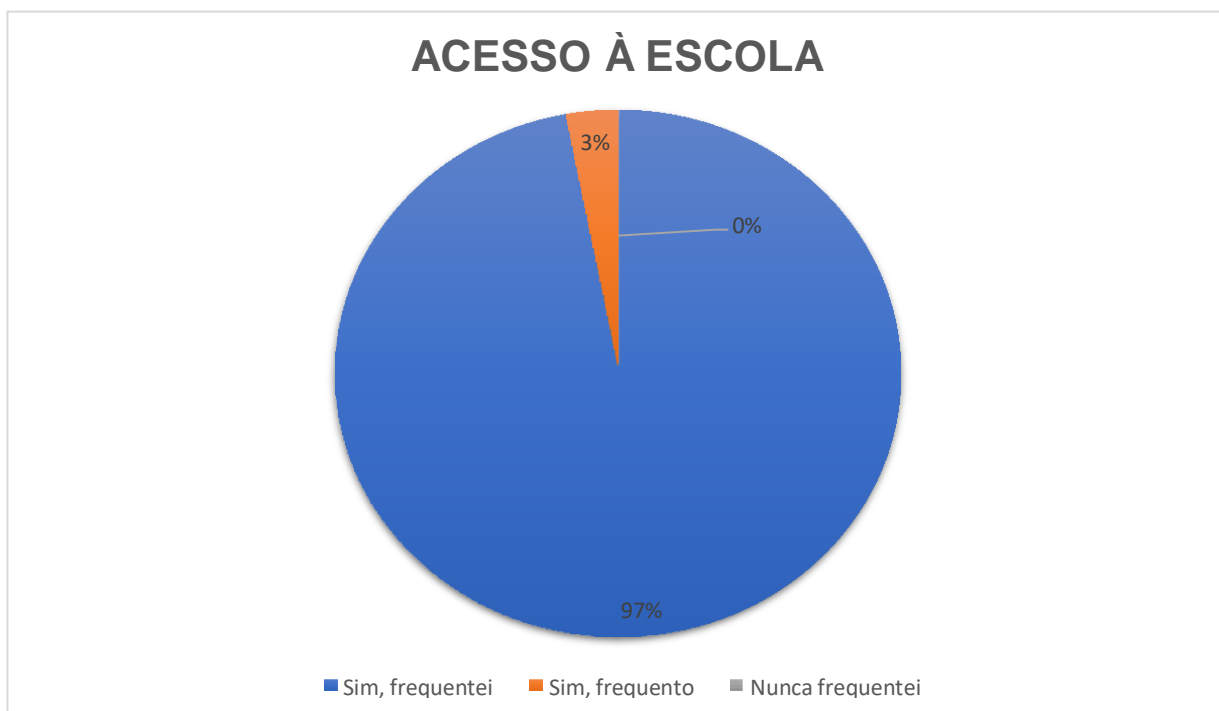


GRÁFICO 04- ACESSO À ESCOLA

FONTE- O autor

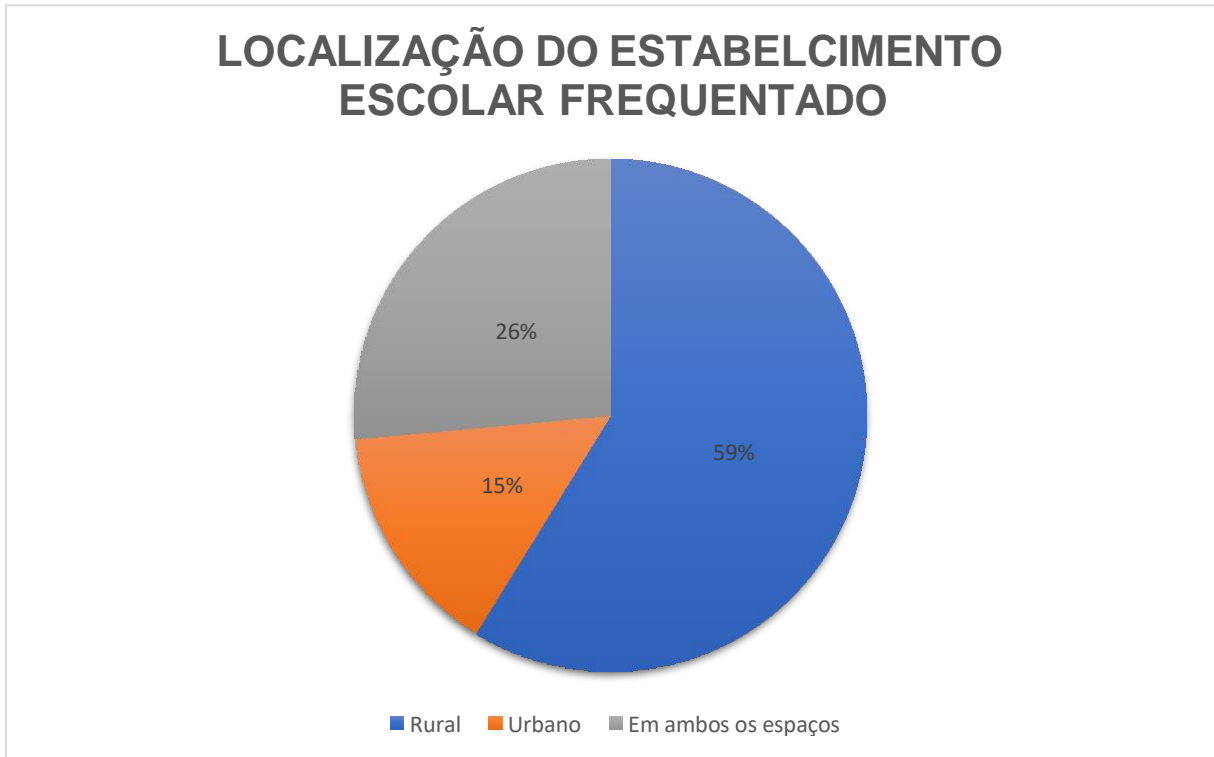


GRÁFICO 05 - LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO ESCOLAR FREQUENTADO

FONTE- O autor

Quando perguntado aos moradores se já frequentaram a escola, tivemos resposta unânime para sim, com destaque para um morador que ainda frequenta a escola. Esta moradora em específico frequenta o EJA (Educação de Jovens e Adultos) e está concluindo o ensino médio.

O GRÁFICO 05 revela a localização das escolas onde os moradores estudaram/estuda. Do grupo, 59% relataram ter estudado apenas em escolas rurais, 15% apenas em escolas urbanas e 26% disseram ter estudado em ambos os espaços, tanto em escola rural quanto em escola urbana. Destacaram que as escolas rurais ofertavam somente da 1ª à 4ª séries, ensino fundamental I, denominado por eles como “primário” e as escolas do “ginásio”, ensino fundamental II.

Cabe lembrar que, devido às reformas educacionais já ocorridas no Brasil, o atual ensino fundamental equivale ao antigo 1º grau e aos cursos primário e ginásio; o ensino médio equivale ao 2º grau e ao colegial, em seus cursos científico, clássico e normal; e a educação de jovens e adultos, por sua vez, corresponde ao supletivo. (IBGE, 2019, p. 1)

De acordo com as entrevistas, os 15% de moradores que frequentaram somente escolas no espaço urbano, 5 moradores, tem como causa o fato de 2 dos entrevistados terem nascido e morado no espaço urbano e outros 3 que sempre foram moradores da comunidade rural, mas por serem mais jovens estudaram somente em escolas localizadas no espaço urbano, pela oferta do transporte público.

O fechamento da escola rural da comunidade se deu nos anos 80, segundo relato dos moradores. Além disso, as faixas etárias mais velhas não tiveram boas condições de transporte para continuarem seus estudos. Mesmo tendo a escola funcionando na comunidade, os moradores afirmaram na entrevista que o “ginásio” só tinha no espaço urbano. Segundo Ferraro (1999) esse processo se denomina como “exclusão da escola”, que neste caso se observa através do não-acesso à escola pelos moradores de faixa etária mais velha.

No que diz respeito aos moradores menores de 18 anos, que não foram entrevistados, foram coletadas algumas informações junto aos seus pais ou responsáveis. Dados como a idade, se são ou não estudantes, se estudam em escola rural ou urbana estão apresentados na sequência. Foram identificados 11 moradores com menos de 18 anos.

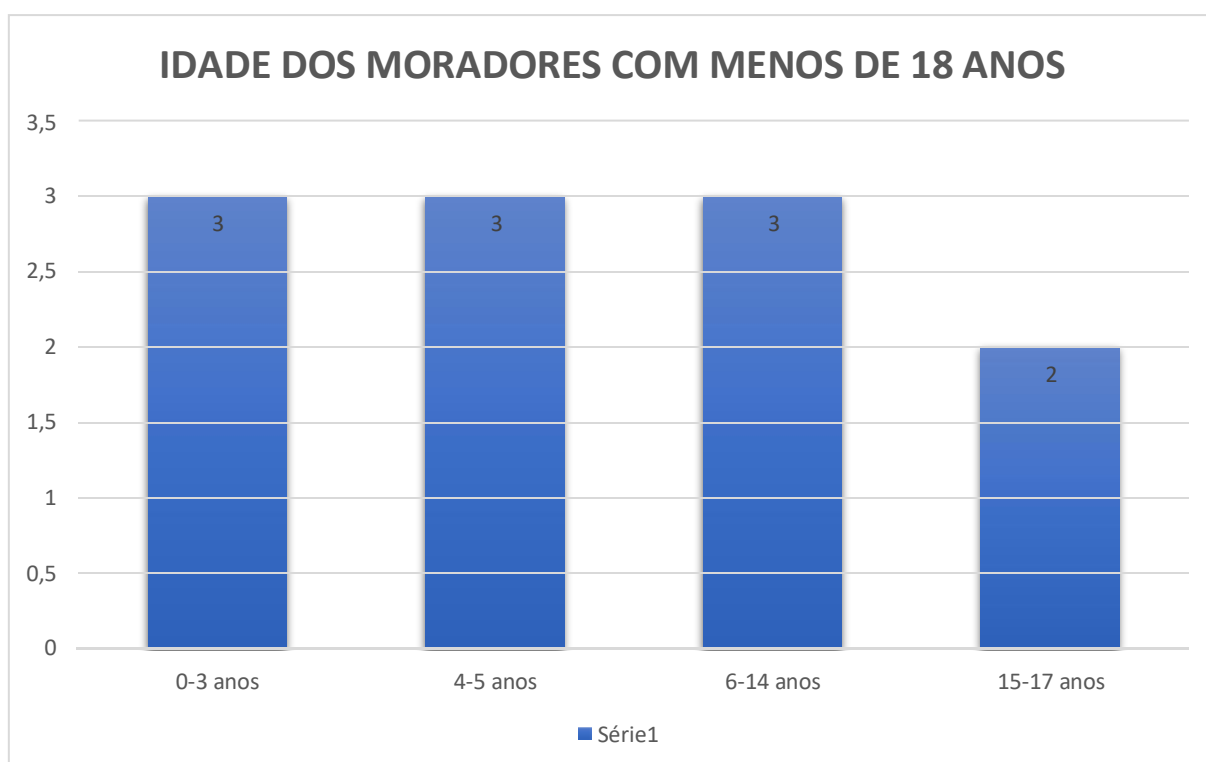


GRÁFICO 06 - IDADE DOS MORADORES COM MENOS DE 18 ANOS

FONTE- O autor

Como representado no gráfico, são 3 moradores com idade entre 0-3 anos, 3 entre 4-5 anos, 3 entre 6-14 anos e 2 entre 15-17. Deste grupo, 7 são do sexo feminino e 4 do sexo masculino, segundo dados coletados junto aos pais e responsáveis.

Os 3 moradores com idades entre 0-3 anos, das famílias entrevistadas, ainda não iniciaram os estudos. No Brasil, a taxa de escolarização nessa faixa etária ainda é considerada baixa. O PNAD educação (2019) revela que a taxa de escolarização, em 2019, nesta faixa etária era de “35,6% dos estudantes”. Um dos motivos para esta faixa etária não ter bons números de escolarização está relacionado a opção dos pais, segundo informações da PNAD educação (2019), “em 2019, no Brasil, 67,0% das crianças de 0 a 1 ano e 53,5% das crianças de 2 a 3 anos não frequentavam creche por opção dos pais ou responsáveis.” Esses números revelam que mais da metade dessas crianças não passam pela creche ou escola de 0-3 anos. Entretanto, considera-se aqui a possibilidade de a oferta de vagas para essa faixa etária estar distante da residência destas famílias, dificultando seu acesso. Também a condição dos pequenos municípios de atenderem toda a demanda.

Das crianças com idade entre 4-5 anos (3 pessoas), duas estudam na pré-escola e uma não iniciou seus estudos ainda, pois segundo relato de seus pais, a escola é longe e não tem transporte. Das duas que estudam, uma estuda no espaço rural, em outra comunidade rural, e é levada por seus pais até a escola. Eles afirmam que não conseguem transporte escolar devido ao baixo número de alunos e outra criança estuda no espaço urbano, também levada pela família.

Em relação às crianças e jovens entre 6-14 anos, segundo dados do PNAD (2019), “[...] a universalização, desde 2016, já estava praticamente alcançada, chegando a 99,7% das pessoas na escola em 2019.” Dos moradores da comunidade nesta faixa etária, mesmo que em número bem menor, o resultado é correspondente à realidade da pesquisa, já que os 3 moradores estão estudando. Dois deles estudam em escolas no espaço urbano e 1 no espaço rural, em uma escola da comunidade rural mais próxima, mas se desloca até a escola porque seus pais o levam.

Para finalizar, os dois moradores com idades entre 15-17 anos, também estudam. Em escala menor, porém totalizando 100% dos moradores pesquisados

desta faixa etária, os índices da comunidade ficam acima da média nacional, que é 89,2% (PNAD, 2019). Esses jovens frequentam o ensino médio e estudam no espaço urbano e vão com o transporte escolar oferecido pelo município o que reforça dados já apresentados anteriormente, que a maior concentração de escolas e a presença do ensino médio se encontra na área urbana, contexto bastante diverso do campo.

Sobre os maiores de 18 anos, quando questionados a respeito da realização de cursos profissionalizantes e a quais setores da economia estavam direcionados, o gráfico a seguir expressa os resultados.



GRÁFICO 07 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FONTE – O autor

Constatou-se que 35% dos moradores entrevistados nunca realizaram cursos de qualificação profissional e 29% disseram ter realizado cursos relacionados ao trabalho no campo. Dentre os citados por eles está o cultivo do tabaco, curso de aplicação de agrotóxicos, geralmente vinculado à produção fumageira e, ainda, também foi citado um curso de conservas disponibilizado pela EMATER⁴. Segundo dados do PNAD educação (2019) do Brasil, dos 171 milhões de pessoas com 14 anos ou mais, 15,6% já haviam frequentado algum curso de qualificação profissional, ou

⁴ INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

seja, 26,7 milhões de pessoas. Se comparado o grau de instrução, quanto maior o nível de instrução maior o percentual de pessoas que realizaram curso de qualificação profissional.

Além dos cursos de curta duração, foi citado por dois entrevistados a realização do curso Técnico de Agropecuária, um curso de maior duração, profissionalizante. Esses moradores relataram ter o ensino médio completo, denominado como técnico de ensino médio. Segundo o IBGE,

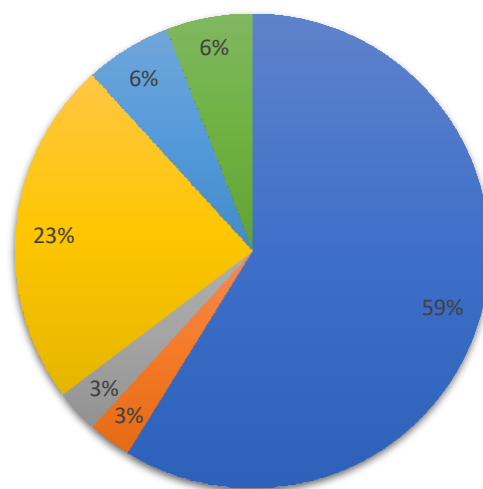
A modalidade de educação profissional destinada aos estudantes de ensino médio ou às pessoas que já o concluíram se denomina técnico de nível médio. Ela possui legislação própria, assim como diretrizes curriculares específicas, e pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio (integrada ao curso ou concomitante a este) ou subsequente à conclusão deste curso. No caso dos cursos articulados, o diploma de técnico em uma determinada área só é recebido quando a pessoa completa o ensino médio (IBGE, 2019, p. 11)

Outros 27% dos entrevistados relataram ter realizado algum curso profissionalizante/qualificação relacionados a outros setores da economia. Sendo, cursos de informática, operador de empilhadeira, esses definidos como cursos de qualificação profissional, que são cursos que não aumentam o nível de escolaridade do indivíduo, mas qualificam profissionalmente gerando certificado de participação (IBGE, 2019).

Por fim, dos 34 moradores, apenas 03 moradores representando 9% do grupo, relataram terem realizado cursos profissionalizantes, tanto relacionado ao trabalho no campo, como a outro setor e 35% dos moradores entrevistados disseram nunca ter feito nenhum tipo de curso de qualificação profissional.

Dando sequência às análises sobre o nível de instrução dos moradores da comunidade, foi questionado sobre a escolaridade dos 34 moradores entrevistados. Os resultados estão apresentados no GRÁFICO 07.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES DE FAXINAL DOS PENTEADOS



■ fundamental incompleto ■ fundamental completo ■ médio incompleto
 ■ médio completo ■ superior incompleto ■ superior completo

GRÁFICO 08 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES DE FAXINAL DOS PENTEADOS

FONTE – O autor

Os dados demonstram que 59% dos moradores entrevistados, 20 moradores, ou seja, mais da metade, possuem o ensino fundamental incompleto e 3%, 1 morador, apresenta o ensino fundamental completo. Sobre o ensino médio 1 morador, 3%, possui o ensino médio incompleto, mas está cursando e 23%, 8 moradores, possuem o ensino médio completo. Sobre o ensino Superior, constatou-se que 6% do grupo, 2 moradores, tem o ensino superior incompleto, sendo que um deles declarou que está cursando e 6%, outros 2 moradores, possuem o superior completo.

Em uma comparação com os dados do PNAD educação (2019) que aponta que em 2019, 32,2% dos moradores do Brasil, com 25 ou mais, não tinham concluído o ensino fundamental, retrata-se os 20 moradores da comunidade, isto é 59%, com o fundamental incompleto, revelando índices muito elevados, negativamente, se comparados com os dados nacionais. Vale ressaltar que em entrevista todos os moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados que declaram ter fundamental incompleto, possuíam mais de 30 anos, e também boa parte deles relataram que estudaram apenas do 1º ao 4º ano, na escola rural que tinha na comunidade.

Todos os 34 entrevistados declaram ter estudado, não havendo nenhum morador sem instrução, desta forma, o nível de escolarização dos moradores do Faxinal dos Penteados ficou acima dos números indicados pelo PNAD educação, que em 2019 era de 6,4% das pessoas com mais de 25 anos que não possuíam nenhuma instrução. O PNAD utiliza como referência adultos acima de 25 anos de idade como ponto de partida para medir o nível de instrução, “[...] esse indicador é melhor avaliado entre aquelas pessoas que já poderiam ter concluído o seu processo regular de escolarização, em geral, em torno dos 25 anos”.

Ao retratar os mais escolarizados, como apresentado no GRÁFICO 01 a comunidade possui jovens entre 18 e 24 anos de idade, 4 moradores nesta faixa etária, sendo 3 com ensino médio completo e 1 com superior completo. Segundo PNAD (2019)

Em 2019, a taxa de escolarização das pessoas de 18 a 24 anos, independentemente do curso frequentado, foi de 32,4%, percentual estatisticamente estável frente a 2018. Por sua vez, 21,4% desses jovens frequentavam cursos da educação superior e 11,0% estavam atrasados, frequentando algum dos cursos da educação básica. Já 4,1% haviam completado o ensino superior e 63,5% não frequentavam escola.

Se comparado aos dados dos jovens da comunidade de Faxinal dos Penteados, nota-se que estão acima da média nacional, já que todos apresentam o ensino médio completo e um deles o superior completo. Não se constatou nenhum jovem com atraso nos estudos ou sem instrução, o que evidencia melhorias realizadas nas últimas décadas pelo poder público em investimentos no sistema educacional, principalmente no que se refere ao combate à evasão escolar.

Os moradores que não concluíram o ensino fundamental relataram que a interrupção dos estudos esteve diretamente ligada as atividades que eles tinham que desenvolver ajudando suas famílias no trabalho ligado à agricultura.

Ao serem questionados sobre haver alguma dificuldade para acessar as escolas, os moradores com 50 anos ou mais disseram que não tiveram dificuldade para acessar as classes de 1º ao 4º ano, ensino fundamental I, pois havia escola na comunidade (desativada nos anos 80). Entretanto, alguns citaram que tinham que caminhar vários quilômetros a pé para chegar à escola, pois era longe da residência e não havia transporte escolar. Em relação ao ginásio, este só se encontrava na cidade e não havia transporte público, muito menos condição de irem todos os dias,

já que a comunidade dista cerca de 12 km da zona urbana, o que evidencia o fenômeno da exclusão da escola (FERRARO, 1999).

Outros problemas foram apontados pelos moradores para explicar o abandono escolar, ou a não realização do ensino superior ou ensino médio, dentre eles: a falta de internet de qualidade, a falta de oferta de pré-vestibulares, a baixa condição financeira para se cursar um ensino superior, a necessidade de se entrar no mercado de trabalho para sustento próprio e familiar e, também, foi citada a influência negativa causada pela pandemia COVID 19.

A análise sobre a escolaridade dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados evidenciou semelhanças aos dados do país, apresentados pelo PNAD (2019). Revelou que a população mais velha, acima de 50 anos, apresenta níveis de instrução mais baixos, justificados, no caso do Faxinal dos Penteados, pela dificuldade de acesso à escola. Também se conclui que as gerações mais novas, na faixa etária abaixo de 30 anos, apresentaram melhores índices de escolarização. É importante ressaltar que nenhum dos entrevistados declarou não saber ler ou escrever ou mesmo nunca ter frequentado a escola. Portanto, na comunidade, não foi identificado nenhum entrevistado que se autodeclarasse analfabeto, dados melhores do que os apontados no PNAD (2019) em relação à população geral do Brasil.

Ao serem questionados se gostariam de continuar seus estudos, 10 moradores relataram que sim, o que corresponde a 30% do grupo, alguns buscando especializações após terem concluído a graduação. Outros pretendem terminar o ensino médio, ou então relataram não possuírem algo em mente, somente a vontade de prosseguir. Ainda, 24 moradores, 70% do grupo, declararam não terem interesse em continuar seus estudos, alegando estarem ultrapassados, cansados e até mesmo “velhos” para retomarem os estudos. Estes resultados revelam o quanto é importante a permanência dos estudantes na escola, pois interrupções podem gerar desinteresse na continuidade dos estudos.

Depreende-se, a partir da análise dos dados, que há necessidade de atender as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, bem como há necessidade de maior suporte àqueles que desejam cursar o ensino superior, garantindo a esses cidadãos o acesso pleno à escola e níveis maiores de escolaridade. Neste aspecto, destaca-se que, em 2022, no município de Ibituva o ensino superior possui somente cursos em EAD,

com polos de faculdades privadas. Outro ponto a ser pensado é a necessidade das escolas do município ofertarem cursos profissionalizantes para o setor primário, já que grande parte da população do município reside em área rural. Mesmo para aqueles que necessitam terminar seus estudos, entende-se necessário incentivo ao retorno escolar, com modalidades adequada a idade série dos adultos, como a EJA tem ofertado. É necessário um chamamento dessa população, para que não só o acesso seja garantido, mas também a permanência e conclusão dos níveis básico e superior de todos os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, buscou-se fazer um levantamento a respeito do nível de escolarização dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados, para tal foi necessário a realização de entrevistas com os moradores e profissionais que trabalham com a oferta de educação formal. Na coleta de dados, na qual com auxílio de levantamento bibliográfico buscou-se, ainda, compreender os motivos por trás dos índices de escolarização dos moradores da comunidade.

Podemos destacar que o município de Imbituva teve sua origem ligada ao tropeirismo e, ainda hoje, é um lugar que apresenta cerca de 50% de população rural. A economia tem ênfase no setor primário, com destaque para a agropecuária e agricultura familiar. No ramo industrial o destaque é para a indústria têxtil.

Apoiado em pesquisa realizada por Penteado (2019), constata-se que a comunidade de Faxinal dos Penteados pertenceu a um sistema faxinalense, mas nos dias atuais não preserva os traços de um faxinal. Nos dias atuais, segundo pesquisa realizada em campo, a comunidade é formada por 25 famílias e tem sua economia voltada para a agricultura, principalmente a fumicultura. No que diz respeito a educação no campo, a localidade não possui escolas e os estudantes da comunidade são remanejados para outras comunidades ou para o espaço urbano afim de estudarem.

Com relação a educação no campo, esta teve investimento público nacional e estadual como resultado de lutas travadas pelo MST (Movimento Sem Terra) e os sindicatos rurais. Entretanto, as escolas do município de Imbituva, mesmo aquelas denominadas do Campo não expressam metodologias que considerem os sujeitos do campo.

Defende-se a importância de uma escola do campo, apoiada nas ideias Molina (2012), que seja pensada para os sujeitos do campo, que considere a localidade onde estão inseridos e os complexos produtivos, buscando, assim, conciliar as práticas escolares com a realidade dos alunos.

Constatou-se, por meio da entrevista realizada com a assessora pedagógica do município de Imbituva, a presença de escolas localizadas em comunidades rurais, entretanto, não existe nenhum projeto no município adequado à educação no campo.

Em relação à pesquisa realizada com os moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados, constata-se que cerca da metade da população encontra-se com idades entre 40 e 60 anos, são, em sua grande maioria, de etnia branca e seu ambiente de trabalho alterna-se entre a atividade agricultura na própria comunidade, e em indústrias e prestação de serviços em outras localidades rurais ou no espaço urbano.

Sobre a escolarização dos moradores da comunidade de Faxinal dos Penteados constatou-se que 97% dos moradores frequentaram a escola em alguma fase de suas vidas, não havendo analfabetos.

Em relação ao nível de escolaridade dos moradores, destaca-se que 59% dos moradores possuem o fundamental incompleto, o que evidencia a necessidade de interferência do poder público para ofertar a esses sujeitos possibilidades adequadas a reinserção escolar. Segundo relato dos próprios moradores, a “exclusão da escola” se deu por falta de infraestrutura na comunidade, falta de transporte escolar e por dificuldades financeiras que os direcionaram ao trabalho. Do grupo de moradores, destaca-se que a única moradora que se declarou negra possui o ensino médio incompleto, mas está cursando. Em relação aos dois moradores que se declararam pardos, ambos possuem mais de 60 anos de idade e ensino fundamental incompleto, pois estudaram somente na escola que existia na comunidade. Por fim, considerando o grupo de moradores que se declararam brancos tem-se diferentes níveis de escolaridade, como apresentado no texto.

Em relação às faixas etárias mais jovens, incluindo crianças e adolescentes, estas se apresentam estudando, com exceção da faixa etária de 0 a 3 anos. É importante ressaltar a presença de moradores que cursam ou já concluíram o ensino superior, todavia alguns relataram dificuldades com o transporte escolar, o que também evidencia a falta de projetos específicos de atendimentos aos alunos do campo, não somente com escolas do campo, mas também com melhor infraestrutura de transporte rural, já que o município apresenta grande número de moradores nessas áreas.

Em relação à qualificação profissional, mais de 60% dos moradores realizaram algum curso de qualificação profissional, geralmente relacionados ao seu trabalho, seja ele na área agrícola, com cursos de utilização de máquinas e insumos, bem como cursos relacionados aos seus respectivos trabalhos em outros setores.

Os níveis de escolarização dos moradores da comunidade Faxinal dos Penteados pode ter semelhança à escolarização de moradores de outras comunidades do município. Uma investigação mais ampla seria necessária para indicar ao poder público as reais demandas do local. Para finalizar, reiteramos que é preciso garantir acesso pleno à escola, incluindo níveis cada vez maiores de escolarização à população rural do município.

REFERÊNCIAS

ANJOS, F. C. dos. CALDAS, N. D. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005

BOBATO, Z. L. O impacto socioeconômico gerado pela fumicultura na microrregião geográfica de Prudentópolis - PR. **Geosul**, Florianópolis, v. 28, n. 55, p. 31-54, jan./jun. 2013

BRASIL, **Lei 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-28> > Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

CALDART, R. S. **Educação no campo**: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 124p.

DIAS, F. F.; LEONEL, A.A. Escolas no campo: um olhar sobre a legislação e práticas implementadas no ensino de física. **Revista Ensaio**. Belo Horizonte. v.20. 2018. p. 22

FERRARO, A. R. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista brasileira de educação**. set/out/nov/dez de 1999.

FRASSON, A. C.; GOMES, S. A. **Tropeirismo**: processo civilizatório da região suldo Brasil. p, 3-9

IBGE. **Cadernos Municipais: Imbituva**. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/imbituva/panorama> >. Acesso em 27 de junho de 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 1950**. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_pr.pdf >. Acesso em 5 de agosto de 2021.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua – Educação 2019**. IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf > . Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Imbituva**. 2022. IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84430> > . Acesso em: 21 de junho de 2021.

LICCARDO, A. PIEKARZ, G. F. **Tropeirismo e geodiversidade do Paraná**. Ponta Grossa. Estudio texto. 2017.

MATOS, E. de. **Imbituva, uma viagem de retorno à terra natal**. 1ª edição. Curitiba: Imprensa Cacique Ltda – Indústria Gráfica e Editora, 2013. Abordagens qualitativas: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In:_. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOLINA, M.C. **Entrevista com Mônica Molina**, especialista em educação. Entrevista concedida a Paula Nadal. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/970/entrevista-com-monica-molina-especialista-em-educacao-do-campo>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

MOURA, R. CASTELO BRANCO, M.L.G. FIRKOWSKI, O.L.C.de F. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo: **Em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121-133, out-dez. 2005

PARANÁ. Secretária de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação no campo**. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Prefeitura Municipal de Imbituva. **Economia Imbituvense**, 2021. Disponível em: <<http://imbituva.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1543>>. Acesso em: 8 de agosto de 2021.

PARANÁ. PIA- Paraná inteligência artificial. **Educação no campo Paraná**. Disponível em: < https://professor.escoladigital.pr.gov.br/educacao_campo_parana >. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

PENTEADO, F. **Permanecer ou não no campo: uma perspectiva da comunidade de Faxinal dos Penteados, Imbituva – PR, a partir da dinâmica territorial**. 2019, 79 f. Monografia (Apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

PRIORI, A. et al. **História do Paraná: século XIX e XX**. Maringá: EDUEM, 2012. A imigração. p. 35-46.

SAHR, C.L.L.; CUNHA, L.A.G. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Emancipação**, 5(1): 89-104, 2005

SANTOS, E.O. dos. NEVES, M.L.C. Educação do campo e desenvolvimento territorial. **Revista eletrônica de culturas e educação**. v. 1, n. 6, p. 1-10, set-dez, 2012.

SASSI, J.S. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE CIÊNCIAS: a horta escolar interligando saberes**. Rio Grande. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2014

SOUZA, M.A.de. Educação no campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008

STADLER, C.T.B. **Imbituva e suas Histórias**. Imbituva. Oikos, 2019.

STAMM, C. et al. **A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil**. Interações, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, jul./dez. 2013

SURMACZ, E.C.S. **Profissionalidade do professor de geografia na educação do campo em Irati-PR.: o saber pedagógico geográfico do campo**. Tese apresentada

no Programa de Pós-Graduação em Geografia- Universidade Estadual de Maringá. 2021.

VENDRAMINI, C.R. Qual o futuro das escolas no campo? **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 31, n.03, p.49-69, jul-set. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE 1- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS MORADORES DE FAXINAL DOS PENTEADOS

A – IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: () masculino () feminino

Você se considera: () branco/a () Preto/a () Pardo/a () indígena

() amarela outro: _____

Papel familiar: () pai () mãe () filho () filha outro: _____

Você é o chefe da família: () sim Não ()

Você é trabalhador: () sim - () trabalhador rural () outro setor
_____() não

Você tem filhos/as com menos de 18 anos? () sim () não

1- Idade: _____ Sexo: () F () M Estudante () sim () não – porque:

Série: _____ Escola rural () Escola urbana ()

2- Idade: _____ Sexo: () F () M Estudante () sim () não – porque:

Série: _____ Escola rural () Escola urbana ()

3- Idade: _____ Sexo: () F () M Estudante () sim () não – porque:

Série: _____ Escola rural () Escola urbana ()

4- Idade: _____ Sexo: () F () M Estudante () sim () não – porque:

Série: _____ Escola rural () Escola urbana ()

B – SOBRE A ESCOLARIDADE:

- Você já frequentou ou frequenta a escola?

() sim, frequentei () sim, frequento () nunca frequentei – neste caso quais os motivos? _____

4) A escola que frequentou/a era/é: () no espaço urbano () rural

5) Você se dedicou/a apenas aos estudos no período escolar?

() sim () não - atividade concomitante:

outro: _____

6) Escolaridade atual:

Fundamental 1 () completo () incompleto () não frequentou () público () privado () cursando

Fundamental 2 () completo () incompleto () não frequentou () público () privado () cursando

Ensino Médio () completo () incompleto () não frequentou () público () privado () cursando

Curso técnico: () não () sim, qual: _____

Ensino Superior () completo () incompleto () não frequentou () público () privado () cursando

Instituição: _____ Nome do curso: _____

Pós-graduação () completo () incompleto () não frequentou () público () privado

Instituição: _____ Nome do Curso: _____

7) Sobre Qualificação profissional:

Você frequentou curso de qualificação profissional () Não () sim - é ligado ao trabalho do campo? () sim () não

08) Você teve dificuldades para acessar a escola? se sim, quais? (se a pessoa não estiver estudando pergunte porque ela parou)

09)Essas dificuldades fizeram você interromper os estudos?

() sim () não

10) Você gostaria de continuar seus estudos?

() sim - Qual:

() não

APÊNDICE 2 - PERGUNTAS DESTINADAS AO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA

Coordenação: _____

- 1) Existem escolas do campo ligadas ao NRE de Ponta Grossa?
- 2) Quais são as orientações atuais da Secretaria de Educação para as escolas do campo? Qual a legislação atual?
- 3) Hoje no município de Imbituva existe alguma escola no campo?
- 4) Na ausência de escolas no campo como os alunos (do Fundamental e do Médio) do espaço rural tem acesso à escola?
- 5) Existem registros antigos de escolas do campo no Imbituva?

APÊNDICE 3 - PERGUNTAS DESTINADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUVA-PR

- 1) Atualmente existem escolas no campo no município de Imbituva, sob a responsabilidade do município?
- 2) Se sim, como são organizadas essas escolas? Em quais localidades elas estão?
- 3) Na falta de escolas no campo, como os alunos que moram no espaço rural são atendidos? A partir de que idade eles são atendidos?
- 4) Existe algum projeto ou política específica, que é direcionada à escola do campo no município de Imbituva?
- 5) Você tem conhecimento se existiram essas escolas aqui no município e em que ano ou década?